

ARTIGO

EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA NO EXÍLIO: AMAZÔNIA E RESISTÊNCIA À DITADURA - *FRONT BRÉSILIEN* *D'INFORMATION E DIFFUSION DE L'INFORMATION SUR* *L'AMÉRIQUE LATINE* (BRASIL/FRANÇA, ANOS 1970 E 1980)*

NELSON TOMELIN JR.

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2764-5840>

VANESSA MIRANDA

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Departamento de Teorias e Fundamentos (DTF/FACED) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7570-3155>

MARIA DO ROSÁRIO DA CUNHA PEIXOTO

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGH/PUC-SP).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4113-8922>

RESUMO: Busca-se refletir neste artigo sobre a resistência à ditadura civil-militar (1964-1985) a partir de série de boletins de imprensa, e outros documentos, produzidos e divulgados nas décadas de 1970 e 1980 na França pela *Frente brasileira de informação* (FBI) e associação *Difusão de Informações sobre a América Latina* (DIAL). Trata-se, mais centralmente, da análise de dossiê sobre a Amazônia e as ameaças a esse território e sua população naquele momento, sobretudo indígenas, organizado pela FBI, órgão de comunicação editado no exílio. O conjunto de fontes levantado nesta pesquisa evidencia, por denúncias diversas contra as formas de atuação policial do governo brasileiro, a aposta daquelas organizações em perspectivas de educação democrática, defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, além de resistência no campo da religião, caso da DIAL. Exilados e religiosos franceses promoveram então um debate que abrangeu divulgação em diversos países e idiomas, na África, Europa e América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Frente brasileira de informação (FBI), Difusão de Informações sobre a América Latina (DIAL), exílio, Amazônia, ditadura civil-militar de 1964.

* Este trabalho contou com incentivos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em projetos apoiados pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

EDUCATION, COMMUNICATION AND DEMOCRACY IN EXILE:

AMAZON AND RESISTANCE TO DICTATORSHIP – *FRONT BRÉSILIEN D'INFORMATION AND DIFFUSION DE L'INFORMATION SUR L'AMÉRIQUE LATINE* (BRASIL/FRANCE, 1970S AND 1980S)

ABSTRACT: The aim of this article is to reflect on the resistance to the civil-military dictatorship (1964-1985) based on a series of press releases and other documents produced and disseminated in the 1970s and 1980s in France by the Brazilian Information Front (FBI) and the Diffusion of Information on Latin America Association (DIAL). More centrally, this is an analysis of a dossier on the Amazon and the threats to this territory and its population at the time, especially indigenous people, organized by the FBI, a media outlet published in exile. The set of sources collected in this research shows, through various complaints against the Brazilian government's police actions, the commitment of those organizations to perspectives of democratic education, the defence of human rights and the environment, as well as resistance in the field of religion, as in the case of DIAL. French exiles and religious then promoted a debate that spread to different countries and languages in Africa, Europe and Latin America.

KEYWORDS: Brazilian Information Front (FBI), Diffusion of Information on Latin America (DIAL), exile, Amazonia, 1964 civil-military dictatorship.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2026v85p117-148>

Recebido em: 10/03/2025

Aprovado em: 14/04/2025



A presente pesquisa partiu de fundos documentais da *Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine* (BDIC, *Université Paris Nanterre*) em torno da Imprensa de Exílio Brasileira na França entre 1964 e 1985. Compõe o conjunto desses fundos o acervo do *Front Brésilien d'Information* – FBI ou *Frente Brasileira de Informação*, organização que iniciou, sob a liderança de Miguel Arraes, na Argélia, amplo processo de divulgação e denúncia das violências e atrocidades praticadas pela ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Através da produção de boletins de imprensa no idioma francês, publicados por exilados na África e na Europa, a FBI (sediada em Paris) articulava ampla rede de resistência com associações diversas de defesa dos direitos humanos nesses dois continentes, e na América Latina, a partir do final da década de 1960 até o ano de 1973¹. Reuniu pessoas nas condições adversas do exílio (Muzart *et al.*, 2008), propôs e problematizou temas de formação democrática, contribuindo para a criação de um espaço de educação para a cidadania e os direitos humanos que, mesmo na França, era algo a ser consolidado: “todos os países europeus contribuem de forma disfarçada [para a ditadura brasileira]”.² Sem se deter no campo das posições humanitárias conscientes, o *Front* (abreviação pela qual também se designava a FBI na França) apostou no trabalho de comunicação como uma “força social ativa” (Cruz; Peixoto, 2009, p. 253), uma forma de educar para a ação política, tendo em vista que: “Infelizmente, nem os grupos com consciência humanista nesses países, nem a imprensa, estão preocupados com a situação brasileira” (BDIC, *Front Brésilien d'Information, Bulletin* n. 06, 20 *Février*, 1970).³ Maud Chirio, a partir de arquivo pessoal de Michael Löwy, recupera síntese expressa pela FBI quanto ao seu foco de atuação na divulgação das violências da repressão e das resistências

¹ Miguel Arraes esteve exilado em Argel por catorze anos, desde 1965, após ser destituído do cargo de governador de Pernambuco pela ditadura. A partir de apoio do governo da Argélia pôde financiar a produção dos boletins do *Front Brésilien d'Information*, os quais recebiam contribuições de movimentos políticos internacionais, com destacada interlocução com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre outros. Com ampla composição em diferentes países (na França, participa Márcio Moreira Alves), o grupo teceu ainda articulações, além da comunidade política francesa e argelina, com exilados na Bélgica, Itália, Portugal, Suíça, Inglaterra, Países Baixos, Alemanha, Suécia e no Chile, sendo publicado então em diversos idiomas.

² Tradução nossa. No original: “tous les pays européens apportent leur contribution déguisées”.

³ Tradução nossa. No original: “Malheureusement, ni les groupes qui dans ces pays ont une conscience humaniste, ni l apresse ne s'inquiètent de la situation brésilienne”.

organizadas contra aquelas arbitrariedades, processo que se desdobrava ainda no Brasil sob ataques no campo da memória, pois que a ditadura trabalhava intensamente para o apagamento de seus crimes e invisibilização de suas derrotas.⁴ Os boletins do *Front* representavam então uma luta por cidadania, travada por exilados, na área da imprensa escrita e da defesa da verdade.

A Frente Brasileira de Informação foi criada para romper o círculo de silêncio que a censura à imprensa e o interesse de algumas agências internacionais de notícias haviam criado em torno das condições reais de vida impostas ao povo brasileiro por uma ditadura militar sanguinária. Tem sede em Paris e conta com uma equipe de correspondentes no Brasil e noutros países da América Latina. As notícias transmitidas pela Frente Brasileira de Informação são recolhidas de todas as organizações revolucionárias brasileiras. Uma equipe de militantes de diferentes ideologias é responsável pela seleção e verificação das mesmas. Todas as notícias divulgadas são absolutamente verdadeiras e objectivas. Os resistentes brasileiros não estão interessados em espalhar mentiras. Nossa arma é a verdade (Chirio, 2005, p. 79).⁵

Um dos grupos relacionados ao *Front* nesses esforços foi a *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine* – DIAL ou *Difusão de Informação sobre a América Latina*, fundada em 1971, e que teria atividade intensa até a década de 1990, sob a liderança inicial do Padre Charles Antoine, missionário católico da Comissão Episcopal França-América Latina (CEFAL) no Brasil entre 1964 e 1969.⁶ Padre Antoine travaria nesse período relações próximas

⁴ Sobre a luta armada e resistência de movimentos de trabalhadores, estudantis, da Igreja e de organizações políticas diversas contra a ditadura civil-militar, conferir Gorender (1987).

⁵ Tradução nossa. No original: “*Le Front brésilien d'Information fut créé pour rompre le cercle de silence que la censure de presse et l'intérêt de quelques agences internationales d'informations firent autour des véritables conditions de vie imposées au peuple brésilien par une dictature militaire sanguinaire. Son siège est à Paris et il dispose d'une équipe de correspondants au Brésil et dans d'autres pays de l'Amérique latine. Les nouvelles transmises par le Front brésilien d'Informations sont recueillies parmi toutes les organisations révolutionnaires brésiliennes. Une équipe de militants d'idéologies diverses est chargée de les sélectionner et de les vérifier. Toutes les nouvelles divulguées sont absolument véridiques et objectives. Les combattants de la résistance brésilienne ne s'intéressent pas à divulguer des mensonges. Notre arme est la vérité*”.

⁶ Ralph Della Cava (1985) arrolou importante inventário do arquivo jornalístico do DIAL sobre o Brasil, em publicação patrocinada pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER). Menciona o autor que Charles Antoine, “por licença da Arquidiocese de São Paulo, exerceu o sacerdócio nessa cidade, onde fundou e editou um boletim informativo, Notícias da Igreja Universal, em larga medida o embrião do semanário francês, DIAL” (Della Cava, 1985, p. 14). Della Cava referencia as obras publicadas por Antoine: *L'Église et le pouvoir au Brésil – Naissance du militarisme* (Paris, Desclée de Brouwer, 1971); *L'intégrisme brésilien* (Roneote, Paris, Centre Lebret, 1973, traduzido e publicado pela Editora Civilização Brasileira em 1980); *Le sang et l'espoir – Ces chrétiens d'Amérique Latine* (Paris, Le Centurion, 1978), além de “sete traduções de autores como Frei Betto, Hélio Bicudo, Pedro Maria Casaldáliga e Carlos Mesters” (Della Cava, 1985, p. 21).

com Dom Hélder Câmara, o que orientaria o seu engajamento político durante a estadia no país e em seu retorno à Europa. Foi vice-presidente da associação DIAL, até o seu falecimento em 1986, o historiador Michel de Certeau. A Associação participou nesse período da iniciativa de publicação de documentos que revelavam particularmente o genocídio indígena, camponês, da classe trabalhadora, entre outros aspectos das violências das ditaduras latino-americanas. Seguiu então a *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine* perspectivas de atuação orientadas por Certeau, quando o mesmo observava que “descrever experiências é sempre mais proveitoso que a produção de discursos” (Certeau *apud* Broucker, 1986).⁷ Yves Materne organizou e apresentou importantes edições dessas coletâneas (DIAL, 1976 e 1985). Trata-se da aposta na ampliação de um espaço de cooperações e resistências que desde a França dialogava com lutas políticas no Brasil pelo campo da religião.

Paulo Freire, em *Educação como Prática da Liberdade*, livro amadurecido durante seu exílio no Chile, nos lembra que “a criticidade, como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias” (Freire, 1967, p. 60). Os materiais analisados neste artigo evidenciam o esforço de associações que em período de impensáveis violências e ataques sistemáticos à memória e ao direito à educação em nosso país alicerçaram bases mínimas para um trabalho pedagógico crítico (Saviani; Duarte, 2021). Alinharam então esforços na prática da liberdade pela organização e luta política no campo da comunicação, muitos em meio à difícil condição histórica do exílio.

Pelo eixo interdisciplinar das ciências humanas, as fontes históricas levantadas nesta pesquisa contribuem para o alargamento de entendimentos sobre o mundo do trabalho e suas consequências sociais e ambientais, bem como de resistências culturais e fé em projetos alternativos de sociedade (Benevides, 2009), sobretudo na Amazônia brasileira após o golpe civil-militar de 1964. Essas lutas alcançam no tempo presente a articulação com dimensões ampliadas de direitos. De acordo com Michael Löwy,

⁷ Tradução nossa. No original: “*La description des expériences est toujours plus profitable que la production de discours*”.

de uns poucos anos para cá, as CEBs⁸, a CPT⁹ e seus consultores técnicos começaram a criticar barragens e outros “megaprojetos” em termos ecológicos. Parece haver alguma convergência nesse sentido entre uma seção da Igreja brasileira – CPT, CIMI (a pastoral indígena) e alguns bispos – sindicatos locais, intelectuais cristãos e da esquerda e ecologistas, com relação à questão da proteção da floresta amazônica (Löwy, 2016, p. 116).

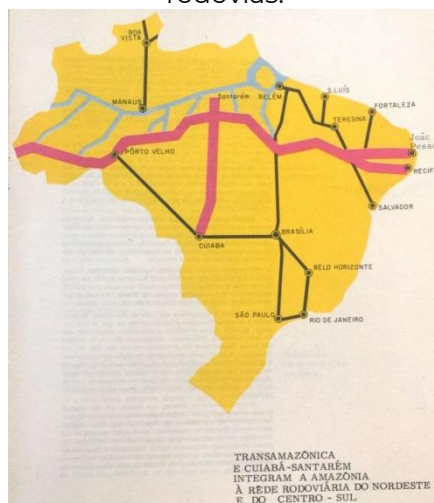
O fundo documental “Charles Antoine (Père) – DIAL” da *Bibliothèque La Contemporaine* está constituído de materiais que evidenciam a atenção dessa organização para as formas predatórias dos interesses econômicos internacionais sobre a Amazônia brasileira ao longo da ditadura civil-militar de 64 e seu após. No campo dessas aproximações comerciais, consta um relatório da *Mission Amazonie du Programme de Cooperation de l'Industrie avec les Nations-Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture* (F.A.O.), o qual aponta “um esforço conjunto do sistema das Nações Unidas e de empresas industriais de diferentes países para promover, nomeadamente, a expansão das agro-indústrias nos países em desenvolvimento”,¹⁰ além de documento de 1970 produzido pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens do Brasil “sobre as rodovias transamazônica e Cuiabá-Santarém”. Esse último material aparece editado com fotos e mapas da região produzidos a cores, em apelo ideológico ao “esforço nacional” de então “no sentido de acelerar o processo do seu desenvolvimento econômico e social, pela utilização racional e adequada de suas terras e dos seus potenciais” (Brasil, 1970, p. 03).

⁸ Destaca Michael Löwy aspectos recentes da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), engajadas então em lutas no campo da justiça ambiental “em termos ecológicos”. Problematiza assim o autor experiências organizadas em conjunturas políticas e religiosas de resistência que remontam à década de 1960, mas com frentes de ação que têm se alterado e ampliado na América Latina por diferentes perspectivas de militância.

⁹ A Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975 em Goiânia (GO), no âmbito do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nasce com a marca das lutas históricas de trabalhadores e posseiros na região em defesa do meio ambiente e dos seus modos culturais de trabalhar, como dimensões inseparáveis da reprodução da vida com justiça social e igualdade econômica.

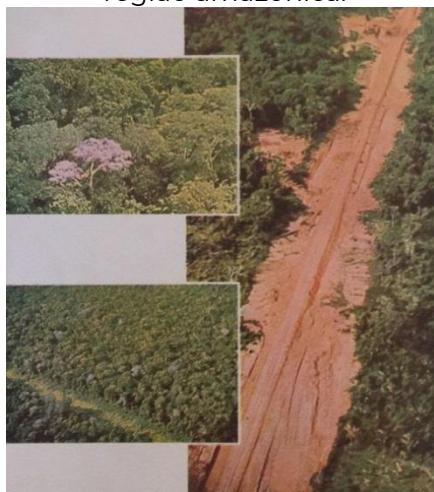
¹⁰ Tradução nossa. No original: “*un effort commun du système des Nations Unies et d'entreprises industrielles de différent pays, pour favoriser en particulier l'expansion des agro-industries dans les pays en voie de développement*”.

Figura 1 - Mapa nacional de integração territorial por rodovias.



Fonte: Estradas na Amazônia (BRASIL, 1970, p. 09).

Figura 2 - A abertura de estradas e o apagamento das violações aos direitos humanos e ambientais na região amazônica.



Fonte: Estradas na Amazônia (BRASIL, 1970, contracapa).

A representação cartográfica na cor amarelo-ouro, o traçado largo da transamazônica em vermelho, as demais linhas rodoviárias em preto, e o destaque para a imensidão dos recursos hídricos da região, evidenciam os valores integracionistas subjacentes àquele projeto, marcado pelo assassinato e desaparecimento de homens e mulheres indígenas, em terras

ricas em minérios e fontes diversas de energia, inclusive petróleo.¹¹ Contribuiriam igualmente as imagens veiculadas à época pelo governo para a consolidação da ideia de “vazio demográfico” na Amazônia, moldura ideológica para os crimes aí praticados. Já constituída e atuante na França na década de 1970, a associação DIAL agregaria a essa documentação de denúncia dos objetivos classistas da ditadura civil-militar brasileira de 1964, além de inúmeros recortes de jornais e relatórios sobre as torturas e outras graves violações aos direitos humanos no país, também um dossiê produzido pelo *Front Brésilien d'Information*.

A Amazônia e a Frente Brasileira de Informação

O referido dossiê do *Front* inicia com a observação de que “A Transamazônica, ao lado do ‘milagre econômico’, constitui atualmente um dos temas preferidos da propaganda oficial da ditadura brasileira” (FBI, s.d., p. 01).¹² O documento, publicado no formato de caderno, está estruturado em quarenta e nove páginas, divididas em seis capítulos, nos quais trata de introduzir, com base em estudos sociológicos, geográficos, econômicos, e mesmo por referências literárias, como as obras “Inferno Verde” de Alberto Rangel (1908) e “A Selva” de Ferreira de Castro (1930), reflexões críticas sobre “A região amazônica”, a “Presença estrangeira”, “A ditadura militar”, “A ‘entrega’ da Amazônia”, “Os efeitos da ocupação” e, finalmente, “Quem se beneficia da exploração da Amazônia”.¹³

Atentos às estratégias de promoção ideológica da Amazônia pela ditadura civil-militar quanto a possibilidades rentáveis de negócios e investimentos a partir da “doação” de terras à classe dominante brasileira e

¹¹ Sobre os assassinatos praticados em território Sateré-Mawé no Brasil pela Elf Aquitaine, empresa estatal de petróleo da França, conf. Miranda (2015).

¹² Tradução nossa. No original: “*La Transamazonienne, à côté du ‘miracle économique’ constitue, actuellement, un des thèmes favoris de la propagande officielle de la dictature brésilienne*”.

¹³ Tradução nossa. No original: “*La région de l’Amazonie*”, “*Présence étrangère*”, “*La dictature militaire*”, “*La ‘remise’ de l’Amazonie*”, “*Les effets de l’occupation*”, “*Qui profite de l’exploitation de l’Amazonie*”. O tema Amazônia, além de aparecer em outros boletins do *Front Brésilien d'Information*, é também analisado em dossiê publicado no ano de 1973, no formato de caderno, com o título “*Les BRÉSIL des BRÉSILIENS*” (*Bibliothèque Humathèque*, Campus Condorcet, Paris). Nesse documento, de sessenta e quatro páginas, o grupo reflete amplamente sobre a perspectiva econômica entreguista da ditadura civil-militar de 1964, imposta para todo o território nacional. Quanto a essas violências na região norte, observa então o Front: “*La Transamazonienne, ‘route d’intégration nationale’... ou plutôt route de penetration multinationale?!*” (FBI, 1973, p. 29)

internacional pelo governo brasileiro, observam os exilados brasileiros através daquele *Front*, que “para ‘provar’ a existência de um milagre, no entanto, são necessários publicitários norte-americanos, contratados para construir ‘a imagem do regime’” (FBI, s.d., p. 01).¹⁴ Quanto às imagens mais acima apresentadas, em um momento em que materiais dessa qualidade indicavam, pelo alto custo gráfico, clara intenção publicitária, serve como epígrafe a acurada percepção crítica da organização: “Os dois mil quilômetros cortados de mata virgem possibilitam a publicação de fotografias que dão uma ideia muito mais concreta (e colorida) de ‘desenvolvimento’” (FBI, s.d., p. 01).¹⁵ O trabalho de educação política desempenhado então pela Frente Brasileira de Informação teria como foco de divulgação também a própria imprensa estrangeira, provendo-a de dados e informações quanto aos crimes que eram “rápida e discretamente silenciados pelos publicistas da ditadura, numa tentativa de apagar da memória esses aspectos negativos para a ‘imagem do país’” (FBI, s.d., p. 01).¹⁶ O dossiê relacionará as violências praticadas na região aos interesses da classe dominante brasileira e internacional em projetos comuns de exploração da Amazônia. Tratava-se de um pacto de dominação colonial daquele território que a ditadura civil-militar então vigente retomava com perspectivas entreguistas ainda mais pungentes.

Na Amazônia de hoje, todo o peso da colonização recai imediatamente sobre o nosso país, em virtude da política adotada pela ditadura após o golpe militar de 1964. Contando com o apoio do governo instalado em Brasília, os Estados Unidos conseguiram evitar uma ocupação militar clássica. Toda a infraestrutura necessária à exploração é paga pelo povo brasileiro (FBI, s.d., p. 02).¹⁷

Tais alianças recolocavam em um patamar de realizações concretas iniciativas que no passado encontraram dificuldades mesmo no campo das

¹⁴ Tradução nossa. No original: “*‘prouver’ l’existence d’un miracle, cependant, exiges des publicitaires nord-américains, contratée pour construire ‘l’image du régime’*”.

¹⁵ Tradução nossa. No original: “*Les deux mille kilomètres fendus à travers la forêt vierge rendent possible la publication de photographies qui apportent une idée beaucoup plus concrète (et colorée) du ‘développement’*”.

¹⁶ Tradução nossa. No original: “*rapidement et pudiquement passés sous silence par les publicistes de la dictature, dans le désir d’effacer de la mémoire ces aspects négatifs pour ‘l’image du pays’*”.

¹⁷ Tradução nossa. No original: “*Dans l’Amazonie d’aujourd’hui, tout le fardeau de la colonisation retombe, immédiatement, sur notre pays, en vertu de la politique adoptée par la dictature à partir du coup militaire de 1964. Misant sur l’appui du gouvernement installé à Brasília, les Etats-Unis ont pu éviter une occupation militaire de type classique. Toute l’infrastructure nécessaire à l’exploitation est payée par le peuple brésilien*”.

forças políticas concentracionárias mais agressivas do país. Os autores do documento em tela apontam para os arranjos internacionais entre o governo Dutra (1946-1951) e as Nações Unidas em torno da criação do *Instituto Internacional da Hiléia Amazônica* (IIHA). Previsto pela Convenção de Iquitos (1948), com projeto parametrizado em ciclos de conferências patrocinados no Brasil pelos governos locais de Belém e Manaus,¹⁸ seria aquele *Instituto* uma instância internacional de administração e governança da Amazônia. Ao tramitar a proposta no Congresso, como desdobramento da ratificação desses acordos, teve parecer contrário da Comissão de Segurança Nacional (CSN), presidida então pelo ex-presidente Artur Bernardes. Tratava-se de disputa interna entre representantes de proa de outras ditaduras que o país enfrentou.¹⁹

No Parlamento, alguns deputados, entre os quais o ex-presidente Arthur Bernardes, tomaram conhecimento da trama diabólica escondida no Tratado de Iquitos, que havia sido realizado com o mínimo de publicidade, e convocaram a imprensa, organizaram conferências até mesmo no Clube Militar e solicitaram uma audiência direta com o Estado-Maior das Forças Armadas, que se declarou contrário a vários pontos do Tratado. O documento foi então arquivado no Congresso Nacional enquanto se aguardava uma política mais arrojada de submissão (FBI, s.d., p. 02).²⁰

Com essa contextualização histórica da entrega territorial da Amazônia, ilumina-se um quadro de arbitrariedades ainda mais pronunciado pela ditadura civil-militar de 1964, “realizado não em benefício do Brasil, mas dos Estados Unidos, aos quais a região está literalmente sendo entregue” (FBI, s.d., p. 02).²¹ O objetivo central do dossiê será, em todo caso, o de

¹⁸ Para uma discussão mais aprofundada dos meandros desse processo, conf. Magalhães e Maio (2007).

¹⁹ As ditaduras de Artur Bernardes e Getúlio Vargas marcaram momentos importantes da degradação política e social de marcos civilizatórios básicos no campo dos direitos humanos no Brasil (Aquino *et al*, 2001; Luna, 2009), garantindo inclusive a continuidade de seus projetos classistas em sucessões presidências, como no caso do governo Dutra.

²⁰ Tradução nossa. No original: “*Au Parlement, plusieurs députés, parmi lesquels l'ex-président Arthur Bernardes, se rendirent compte du complot diabolique caché dans le Traité d'Iquitos, réalisé avec un minimum de publicité, et convoqueront la presse, organiseront des conférences même dans le Club Militaire et solliciteront une audience directe à l'Etat Major des Forces Armées qui se déclara opposé à plusieurs point du Traité. Le document se trouva alors archivé au Congrès National dans l'attente d'une politique de soumission plus audacieuse*”.

²¹ Tradução nossa. No original: “*réalisée non au bénéfice du Brésil, mais des Etats-Unis, à qui la région est en train d'être, littéralement, remise*”.

mostrar “os efeitos desta política sobre os índios,²² os trabalhadores, os pequenos agricultores (‘posseiros’) e até mesmo sobre os proprietários de seringais” (FBI, s.d., p. 03).²³ O primeiro capítulo do documento, intitulado “A região amazônica”, apoia-se em conjunto de textos publicados na imprensa brasileira e em monografias produzidas no campo da geografia e da economia, a fim de traçar um quadro didático acerca da concentração de terras e das condições extremas de exploração do trabalho na região. Observado um longo processo de migração forçada de homens e mulheres do nordeste do país para localidades remotas de produção da Amazônia, o que o dossiê sublinha são estratégias da ditadura civil-militar relacionadas à desarticulação política de resistências. A migração deixa de ser um dado natural, e o “*Enfer Vert*” (Inferno Verde) ganha contornos marcados pelas contradições históricas da sociedade de classes no Brasil.

O projeto de “salvar” o Nordeste através da construção da Transamazônica não é mais do que uma velha política de deslocação de populações miseráveis. Esta política continua a ser a única solução para a ditadura atualmente no poder, a fim de reduzir as inevitáveis “tensões sociais” que resultam, no nordeste, de outra política dos tecnocratas: a concentração excessiva dos investimentos no sector industrial do centro-sul (FBI, s.d., p. 11).²⁴

Quanto às formas de transferência de riquezas através da industrialização da Amazônia, o dossiê do *Front*, ao retomar o caso da exploração de manganês no estado do Amapá pela empresa ICOMI, filial da Bethlehem Steel no Brasil, evidencia articulações do processo histórico de montagem da ditadura civil-militar de 1964 na região. Foi a partir do apoio central daquele grupo empresarial, que se fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), órgão que produziu e patrocinou a intensa divulgação na imprensa brasileira e internacional de informações contra o governo de

²² O termo “índio”, adotado por parte das fontes analisadas nesta pesquisa, é atualmente associado a valores que remetem para o campo político da hegemonia cultural colonialista, quando se tem então optado no Brasil por “indígenas”, “povos originários”.

²³ Tradução nossa. No original: “*les effets de cette politique sur les indiens, les travailleurs, les petits paysans (‘posseiros’) et même sur les propriétaires de plantations de caoutchouc*”.

²⁴ Tradução nossa. No original: “*Le plan de ‘salvation’ du nordeste avec la construction de Transamazonienne n’est qu’une ancienne politique de déplacement de population misérables. Cette politique continue à être la seule solution pour la dictature actuellement au pouvoir, afin de diminuer les inévitables ‘tensions sociales’ qui résultent, dans le nordeste d’une autre politique des technocrates: l’excèsives concentration des investissements dans le secteur industriel du centre-sud*”.

João Goulart.²⁵ Os riscos do eventual sucesso de Jango eram então claros: “A exploração de manganês no Amapá é tipicamente colonial. A empresa é dona das minas, da ferrovia e do porto, e ‘vende’ a produção para si mesma nos Estados Unidos” (FBI, s.d., p. 16).²⁶

A partir de detalhado mapa de reservas minerais em calhas fluviais específicas, relacionadas aí as concessões de direito de lavra majoritariamente para empresas estrangeiras, o relatório lança luz sobre os interesses e intensificação das estratégias movidas pela ditadura civil-militar na direção de inaudita concentração fundiária:

as terras compradas e registradas nas estatísticas oficiais totalizaram 32.341.326 ha. Estas “compras” efetuadas em poucos anos, que atingiram o seu auge após o golpe de estado, representam mais terras do que as compradas desde a descoberta do Brasil em 1500 (FBI, s.d., p. 29).²⁷

O caso, segundo o *Front Brésilien d'Information*, teria surpreendido mesmo setores nacionalistas do Congresso Nacional, culminando na instauração de Comissão de Inquérito Parlamentar. A tese de divergências internas naquela ditadura é defendida pela organização também quanto aos projetos norte-americanos “Força Tarefa (1965)” e “*Grands Lacs* (1968)”, ambas propostas de submissão administrativa e territorial da Amazônia aos interesses dos EUA. De acordo com o dossiê do FBI, setores militares que haviam participado do golpe de 64 “e que apoiavam a política de ‘aliança’ com os Estados Unidos, na luta contra a subversão comunista, reagiram contra as posições excessivamente servis do regime” (FBI, s.d., p. 21).²⁸ O engajamento do *Front* com tal leitura do processo histórico de montagem da ditadura civil-militar no país chega mesmo a render alguma forma de elogio a personagens historicamente comprometidos com a classe

²⁵ Importante discussão sobre o tema pode ser conferida em Uchôa (2017). Sobre os agravos sociais e ambientais deixados pela ICOMI na região após o encerramento daquela operação de extração de manganês, ver Drummond (2000).

²⁶ Tradução nossa. No original: “*L’exploitation du manganèse de l’Amapá est typiquement coloniale. La société possède les mines, un chemin de fer, le port, ‘vend’ la production à elle-même aux Etas-Unis*”.

²⁷ Tradução nossa. No original: “*les terres achetées et inventoriées dans les statistiques officielles totalisaient 32.341.326 ha. Ces ‘achats’ réalisés en peu d’années, qui ont culminé à partir du putsch; ont atteint une superficie supérieur à celle des terres achetés depuis la découverte du Brésil en 1500*”.

²⁸ Tradução nossa. No original: “*et qui appuyaient la politique ‘d’alliance’ avec les Etats-Unis, pour le combat contre la subversion communiste, on réagi contre les positions excessivement serviles du régime*”.

dominante, os quais apostaram, quando puderam, na supressão integral de direitos civis para o favorecimento do seu próprio campo social, como foi o caso do governo de Artur Bernardes e do regime de estado de sítio por ele instaurado ao longo de todo o seu mandato presidencial. Por esse viés interpretativo, recuos pontuais quanto a casos insólitos e em estágio de projeto, ou a oposição em modo de “censura moral”, quando práticas concretas de violência e usurpação de direitos humanos foram amplamente apoiadas por esses mesmos grupos, aparecem como substrato para a ideia de uma dominação com limites éticos incorruptíveis:

O Marechal Castelo Branco, então chefe do regime, não estava em condições de aprovar o projeto. Personalidades civis e militares, incluindo o governador do estado do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis (que havia sido escolhido como governador pelo próprio Castelo Branco), opunham-se a ele ou, pelo menos, tinham sérias reservas quanto à sua adoção. O projeto foi, portanto, arquivado (FBI, s.d., p. 21).²⁹

Assim, “o Ministro do Interior à época – Major-General Albuquerque Lima”,³⁰ um dos signatários do Ato Institucional n. 5 (o AI-5), pôde manifestar sua reprovação ao projeto “Os ‘Grandes Lagos’ da Amazônia”, o qual previa alagar “1/17 da superfície do país” a fim de “facilitar a navegação para as jazidas mineiras brasileiras e estabelecer uma ligação constante com os navios de grande tonelagem que passam do Atlântico para o Pacífico” (FBI, s.d., p. 22-23).³¹ As estratégias retóricas de evidenciação de supostas contradições de superfície da ditadura, que ao longo do tempo renderam mesmo a aclamação acadêmica de teses relativistas e negacionistas no campo da História, como bem o observou Marcos Silva (2021), destoam do próprio trabalho de educação política do *Front Brésilien d’Informations*. Foi esse grupo que divulgou, desde 1970 na França, detalhados relatórios dando conta das terríveis torturas e desaparecimentos de presos políticos no Brasil

²⁹ Tradução nossa. No original: “Le Maréchal Castelo Branco, alors à la tête du régime n’était pas en situation d’approuver le projet. Des personnalités civiles et militaires, parmi lesquelles le gouverneur de l’Etat d’Amazonie, Arthur César Ferreira Reis, (qui avait été choisi comme gouverneur par Castelo Branco, lui-même) s’y sont opposés ou, du moins, ont opposé des sérieuses réserves à son adoption. Le projet a donc été écarté”.

³⁰ Tradução nossa. No original: “le ministre de l’Intérieur à l’époque – Général de Division Albuquerque Lima”.

³¹ Tradução nossa. No original: “Les ‘Grands Lacs’ d’Amazonie (...) 1/17 de la superficie du pays (...) faciliter la navigation jusqu’aux gisements miniers brésiliens et d’établir une liaison constante avec des bateaux de gros tonnage passant ainsi de l’Atlantique au Pacifique”.

após o golpe de 64, no caso alertando setores inteiros da imprensa internacional e mesmo das universidades europeias.

O legado da ditadura contra os indígenas

Em posfácio ao livro *Le réveil indien en Amérique latine* (DIAL, 1976), importante esforço editorial de revalorização da resistência e luta indígenas a partir de compilação de textos envolvendo declarações por direitos humanos de associações de povos originários de toda a América Latina, Michel de Certeau, sobre "*La mémoire ou le corps torture*", lembra que

Isto não significa que o tempo da opressão tenha terminado. Pelo contrário, ao afirmarem os seus direitos à terra e ao organizarem associações autogestionárias, os índios deparam-se com um recrudescimento das medidas repressivas. Os acontecimentos recentes são a prova cabal deste facto: destruição do povoado de El Cedro, na zona indígena de Veraguas, pela Guarda Nacional do Panamá (15 de março de 1976); intervenções de militares que, nos municípios de Palenque, Ocosingo e Chinon (México), saquearam e queimaram centenas de casas, expulsaram 2 400 habitantes e praticaram maus tratos e violações (12-13 de junho de 1976); assassinatos e prisão de índios em Merure (Mato Grosso, Brasil), para impedir a demarcação de uma área reservada aos Bororo e apoiar os grandes proprietários da tradição colonizadora (15 de julho de 1976); etc., etc. (Certeau, 1976, p. 123).³²

Certeau, naquele ano de 1976, alertava para a extensão do projeto social e institucional "*d'un ethnocide journalier*", revigorado pela sociedade de classes que se expandia por ditaduras civil-militares na região.³³ O recrudescimento das medidas repressivas acima mencionadas seria apenas indicativo do processo mais amplo e organizado do autoritarismo na América Latina.

³² Tradução nossa. No original: "*Le temps de l'oppression n'est pas clos pour autant. Au contraire, en affirmant leurs droits sur la terre et en organisant des associations autogestionnaires, les Indiens rencontrent une recrudescence de mesures répressives. Des événements récents le prouvent assez: destruction du hameau de El Cedro, en zone indienne de Veraguas, par la Garde nationale de Panama (15 mars 1976); interventions des militaires qui, dans les communes de Palenque, Ocosingo et Chinon (Mexique), pillent et brûlent des centaines de maisons, expulsent 2400 habitants, maltraitent et violent les personnes (12-13 juin 1976); meurtres et emprisonnements d'Indiens à Merure (Mato Grosso, Brésil), en vue d'empêcher la délimitation d'un espace réservé aux Bororo et de soutenir les grands propriétaires de la tradition colonisatrice (15 juillet 1976); etc., etc.*"

³³ Michel de Certeau esteve no Brasil em 1967, e denunciou a ditadura civil-militar brasileira em vários de seus escritos, tendo sido divulgada uma de suas primeiras comunicações sobre o tema na revista *Politique Aujourd'hui* (Paris, n. 11, novembre, 1969). Conferir Certeau (1987).

Há uma longa lista de atos ilícitos que foram parar na imprensa nacional e internacional. No entanto, estes vestígios sangrentos na superfície da informação telecomunicada não relatam nada de uma violência quotidiana. Além disso, a prisão, o fogo posto e o assassinio são, sem dúvida, menos destrutivos do que a alienação econômica, a dominação cultural e a humilhação social – menos perigosos do que todo o processo de etnocídio (Certeau, 1976, p. 123).³⁴

O projeto de espoliação do território amazônico em prol do capital privado, estrangeiro e nacional, se deu no Brasil pela articulação de um grande empenho legislativo. A ditadura civil-militar de 1964 demonstrou nesse campo a eficiência de um planejamento de longo prazo, com efeitos imediatos de acumulação de terra e violência contra as populações indígenas na região norte.³⁵ O terror se expressaria também por um elaborado esforço parlamentar de abertura da Amazônia para as grandes empresas mineradoras:

a ditadura editou uma série de decretos com o objetivo de conceder facilidades às grandes empresas estrangeiras. Entre eles, o decreto nº 55.282, de 22/12/64; o decreto nº 55.837, de 12/3/65; o decreto nº 54.912, de 24/10/66; e o decreto nº 227, de 28/2/67. Finalmente, pelo decreto nº 746, de 15/8/69, foi criada a “Companhia de Pesquisas e de Recursos Minerais” (empresa pública), com o objetivo de pesquisar e estudar a valorização dos minerais (FBI, s.d., p. 25).³⁶

O dossiê da FBI reunirá ainda citações de jornais de grande circulação à época, como “O Estado de São Paulo”, o “Jornal do Brasil”, e mesmo trechos da revista norte-americana “Newsweek”. Outros órgãos da imprensa de exílio na França nesse mesmo período também enfrentaram o tema, como um difícil desafio em meio à censura e à supressão do direito à informação que se instauraram institucionalmente no Brasil após o golpe.³⁷ No conjunto,

³⁴ Tradução nossa. No original: “*Elle serait longue la liste des méfaits qui ont trouvé un écho dans les presses nationales ou internationales. Encore ces traces sanglantes à la surface de l’information télécommuniquée ne rapportent rien d’une quotidienneté de la violence. Bien plus, les emprisonnements, les incendies, et les meurtres mêmes sont sans doute moins destructeurs que l’aliénation économique, la domination culturelle et l’humiliation sociale, – moins dangereux que le procès entier d’un ethnocide journalier*”.

³⁵ Foi fundamental contribuição para o esclarecimento dos crimes da ditadura civil-militar (1964-1985) contra indígenas no Brasil, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com destaque para o segundo volume (BRASIL, Eixos Temáticos, 2014).

³⁶ Tradução nossa. No original: “*la dictature a édicté plusieurs décrets en vue de donner des facilités aux grands entreprises étrangers. Entre autres on peut citer les décrets n. 55.282, du 22 déc. 64; n. 55.837, du 12/3/65; n. 54.912, du 24/10/66; n. 227 du 28/2/67. Finalement, par le décret n. 746 du 15/8/69, a été créé la “Companhia de Pesquisas e de Recursos Minerais” (société étatique), ayant pour but la recherche et les études de valorisation des minerais*”.

³⁷ O boletim de imprensa *Conjuntura Brasileira*, em seu primeiro número na França (ano 1 – número 1 – outubro de 1974, “apresentação”), dimensiona as dificuldades enfrentadas no

evidenciam essas matérias crimes envolvendo a mineração e a construção da transamazônica. Ao fim e ao cabo, cumpre o material reproduzido pelo *Front* a função de demonstrar que mesmo as empresas de comunicação interessadas no golpe e em seus desdobramentos produtivos precisavam apresentar sua “versão” própria dos fatos. Afinal, enfrentavam o trabalho contra-ideológico da imprensa clandestina, e de organização e luta na região, como foi o caso da Guerrilha do Araguaia entre o final dos anos 60 e primeira metade da década seguinte.³⁸ Destaque-se ainda, como evidencia o trabalho de divulgação e denúncia da associação *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine* (DIAL), a atuação dos movimentos de resistência associados à Igreja Católica,³⁹ que se articulam intensamente como obstáculo concreto às atrocidades perpetradas na Amazônia naquele período.

A convicção dos padres e das altas autoridades eclesiásticas no Brasil “é que a exploração na Amazônia conduz a enormes perdas de vidas humanas e a um imenso sofrimento. Não passa uma semana sem que haja uma história perturbadora: atrocidades contra os índios, batalhas entre os exércitos privados das grandes empresas e os latifundiários que defendem as suas terras vendidas sem o saberem, ou trabalhadores submetidos a condições de escravatura” (Newsweek, 3/7/72) (FBI, s.d., p. 43).⁴⁰

campo da comunicação pela resistência naquele exílio: “Nossa disposição num primeiro momento é de reproduzir notícias da imprensa consentida ou legal e da imprensa semi-legal e clandestina. Naturalmente que no que se refere à imprensa consentida há uma enorme limitação em função da censura e da auto-censura. Quanto à imprensa semi-legal e clandestina, alguns problemas nos impediram de utilizá-las neste primeiro número”. Mais de quarenta periódicos foram produzidos por brasileiros no exílio ao longo da ditadura civil-militar de 1964. Para um aprofundamento sobre a história da censura no Brasil, conferir Carneiro (2002) e Kushnir (2004).

³⁸ Também conhecida como “Guerra da Mata” pelos moradores da região hoje compreendida entre os atuais estados do Tocantins, Pará e Maranhão, a Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado orientado e liderado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em processo de resistência deflagrado, e fortemente reprimido pela ditadura civil-militar, entre os anos de 1972 e 1975. Para o aprofundamento sobre o tema, conferir Mechi (2012).

³⁹ Já o fascículo n. 27 (março de 1972) do *Front Brésilien d'Information* divulga a importante carta pastoral (“message de Noel 1971”) “*Une Eglise d'Amazonie en conflit avec les grands propriétaires et aux prises avec la marginalisation des habitants*” de Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, no estado do Mato Grosso. Ao denunciar a prisão de Luis Barreira de Souza, membro da prelazia, Dom Pedro Casaldáliga esclarecia naquela carta (“publiée dans *La Croix* du 27.11.71, *Le Monde* du 11.12.71, *les Informations Catholiques Internationales* du 15.12.71, et *Croissance des Jeunes Nations*, janvier 1972”) que “*Ce sont les grands propriétaires qui réagissent avec lacheté dans notre région réduite en esclavage. Eux, les relesquins, ils ont l'argent, la politique et le pouvoir dans les mains. Nous le savons depuis longtemps*” (*Front brésilien d'information*, mars 1972, n. 27, p. 03).

⁴⁰ Tradução nossa. No original: “*La conviction des prêtres et des autorités supérieurs de l'Eglise au Brésil 'est que l'exploitation en Amazonie entraîne des pertes importantes en vies humaines et des souffrances immenses. Il ne se passe pas une semaine sans histoire trouble-atrocités contre les indiens, batailles entre les armées privées des grandes compagnies et les propriétaires qui défendent leur terre vendue sans le savoir ou encore des travailleurs soumis à des conditions d'esclavage'*”.

O tema da usurpação da região amazônica pelos interesses classistas e entreguistas da ditadura foi ainda amplificado pelo *Front Brésilien d'Information* por iniciativa de um chamado à resistência “de todos aqueles que, conosco, se opõem ao regime antipopular que tomou o poder em 1964”. Tratava-se, ao olhar daquela organização, de “aprofundar a crítica revolucionária à ditadura” (FBI, s.d., p. 43),⁴¹ o que seria apenas possível pela contribuição dos que, alinhados com o projeto, pudessem se somar nesse diálogo de educação democrática, o qual implicava mesmo a América Latina inteira.⁴² “A união com os nossos vizinhos também é essencial, assim como a união entre os brasileiros na luta pela independência do nosso continente” (FBI, s.d., p. 42).⁴³ A Amazônia, como lugar de “*déplacement*”, de exílio interno produzido no Brasil e países vizinhos, encontrava o apoio de exilados brasileiros e de outras nacionalidades na França.

Front, DIAL e outras lutas por direitos na Amazônia

Os boletins do *Front Brésilien d'Information* relacionaram a suposta produção do progresso pela ditadura civil-militar de 1964 diretamente com a questão da tortura, do exílio, da fome, e outras formas de violência.

⁴¹ Tradução nossa. No original: “*de tous ceux qui, avec nous, s’opposent au régime anti-populaire qui a pris le pouvoir en 1964 (...) d’approfondir les critiques révolutionnaires à la dictature*”.

⁴² Sobre a atuação da Frente Brasileira de Informação na América Latina, particularmente no Chile, conferir Cruz (2010).

⁴³ Tradução nossa. No original: “*L’union avec nos voisins s’impose aussi comme l’union entre brésiliens dans la lutte pour l’indépendance de notre continent*”.

Figura 3 - FBI, *decembre-janvier*, 1972, n. 02, p. 01.



Fonte: BDIC.

Com estética gráfica que retomava elementos da cultura cordelista (logotipia com referência às pelejas contra os dragões na imprensa popular nordestina), o *Front* abordou temas que pensaram o país de forma não dicotômica. E nesse aspecto, a questão da produção do capitalismo, que se aceleraria após o golpe de 64, se articulava com a abertura de novas frentes do horror: exílios internos e externos, políticas migratórias e de cercamento⁴⁴ de modos de vida comuns, e com isso a ampliação de marcos legislativos do esbulho da terra associados à institucionalização de violentas formas do trabalho escravo contemporâneo, sobretudo na Amazônia. Tais arbitrariedades, contudo, enfrentaram obstáculos impostos pela resistência. Abordou o fascículo acima o tema da Guerrilha do Araguaia, no sul do estado do Pará. A luta armada aparece nessas páginas sob o signo gráfico da união, em diálogo com estéticas diversas de criação revolucionária, em marcha de esperança.

⁴⁴ As pesquisas de Thompson (1998) apresentadas em seu livro *Costumes em comum* são referência sobre a história dos cercamentos na Inglaterra do século XVIII, tendo o autor dado visibilidade nessas suas investigações para as resistências da classe trabalhadora articuladas no campo da cultura, entendida esta como todo um modo de vida. A resistência de indígenas no Brasil contra essas formas violentas de construção do capitalismo no país pode ser conferidas em Grupioni (1992).

Figura 4 - FBI, *decembre-janvier, 1972, n. 02, p. 04.*



Fonte: BDIC.

O boletim faz referência à reportagem do jornal O Estado de São Paulo do dia 24 de setembro de 1972 em que, informa o grupo, aquela imprensa “rompe o silêncio em torno da luta armada no sul do Pará, reconhecendo assim a própria existência desta luta aberta, que já dura quase 6 meses” (FBI, boletim *decembre-janvier, 1972, n. 04*).⁴⁵ Tratava-se da primeira e única notícia do jornal paulista sobre o tema, memória que aquela empresa comercial, aliada de primeira hora da ditadura de 1964, reputa como um “drible à censura”.⁴⁶ A partir do relato do “*envoyé especial*” d’O Estado de São Paulo à região de Xambioá (município incorporado pelo Tocantins, estado da federação criado em 1988), o *Front*, sem desconsiderar a presença de vozes dissonantes mesmo em veículos a serviço do governo ditatorial, indica trechos que marcam certo posicionamento daquela imprensa. A “*grande place de guerre*” em que se transforma a fronteira dos

⁴⁵ Tradução nossa. No original: “*rompt le silence qui entourait la lutte armée au Sud du Para, reconnaissant, par-là, l’existence même de cette lutte ouverte, menée depuis bientôt 6 mois*”. No dossiê “Le BRÉSIL des BRÉSILIENS”, de 1973, o tema da Guerrilha do Araguaia é retomado pelo *Front Brésilien d’Information*, com a citação de trechos da reportagem do jornal O Estado de São Paulo, e da “*Lettre du comando guerrillero a un député federal*”, publicada na íntegra pelo boletim de 1972 aqui referido.

⁴⁶ Vandrê Aparecido Teotônio da Silva (2018) faz importante discussão sobre as alianças políticas e históricas do jornal O Estado de São Paulo como expressão dos valores e interesses da classe dominante no Brasil. A reportagem em tela pode ser conferida em: <https://www.estadao.com.br/150-anos/150-momentos/estadao-dribla-censura-e-revela-existencia-da-guerrilha-do-araguaia/?srsltid=AfmBOopePgYVmvCctulkuiVY6dluiIkKl-1RiCmVkm3bcD9lOzUP1iw>.

estados do Pará, do Maranhão e de Tocantins (então Goiás) ganha valores positivos: “O exército transportou para a região 2,5 toneladas de medicamentos para combater a lepra (...) a malária, a tuberculose, a paralisia infantil” (FBI, boletim, *decembre-janvier*, 1972, n. 04).⁴⁷ O reconhecimento desses “esforços”, segundo o jornal da grande imprensa paulista, era generalizado: “O prefeito João Saraiva, e a ‘população’ da região afirmam que ‘a presença das forças armadas na região é útil, porque o bairro nunca foi tão beneficiado como agora” (FBI, boletim *decembre-janvier*, 1972, n. 04).⁴⁸ Por outro lado, assassinatos foram indicados pela matéria d’O Estado de São Paulo, mas sendo antes de responsabilidade da luta armada: “A guerrilha já causou mortes e feridos entre os soldados” (FBI, boletim *decembre-janvier*, 1972, n. 04).⁴⁹ Ainda de acordo com a reportagem, morre um guerrilheiro, mas sempre como estratégia de contraofensiva, pois o que buscavam os militares era estabelecer um “encontro”: “No dia 12 de abril chegou o exército e ocorreram as primeiras reuniões. Durante um deles, Daniel (um dos guerrilheiros) é morto, mas ao custo de perdas não reveladas entre as forças de segurança” (FBI, boletim *decembre-janvier*, 1972, n. 05).⁵⁰ Importante observar que a região em que se estabeleceu o conflito da Guerrilha da Araguaia implicava interesses poderosos de mineradoras então alinhadas às políticas de repressão da ditadura civil-militar. As maiores províncias minerais do Brasil estão situadas no estado do Pará.

Na Amazônia, os indígenas sofreram diretamente as consequências dessa nova política de “encontro” e “apoio médico” do exército. O *Comité Amazonie* fez circular à época, também na França, documentos que denunciavam essa nova conjuntura de exploração colonial na região: “O plano pseudo-desenvolvimentista da ditadura brasileira só beneficiará empresas brasileiras, ianques e internacionais. Mas o povo não vai ganhar nada e nunca verá a cor das belas promessas de Geisel” (BDIC, Fundo Charles Antoine DIAL, *Les Indiens aussi victimes de la dictature et du*

⁴⁷ Tradução nossa. No original: “L’armée a transporté dans la région 2 tonnes et demie de médicaments pour combattre la lépre (...) malaria, tuberculose, paralysie infantile”.

⁴⁸ Tradução nossa. No original: “Le maire João Saraiva et la ‘population’ de la région affirment ‘que la présence des forces armées dans la région est utile, parce que la circonscription n’en a jamais autant bénéficié que maintenant”.

⁴⁹ Tradução nossa. No original: “La guerrilla a déjà fait des morts et des blessés parmi les militaires”.

⁵⁰ Tradução nossa. No original: “Le 12 avril l’armée arrive, et les premières rencontres ont lieu. Lors de une d’elles, Daniel (un des guerrilleros NDLR) est tué, au prix, cependant des pertes non révélées parmi les forces de sécurité”.

systeme capitaliste, Comité Amazonie, Paris)⁵¹. O grupo produziu ainda cartazes que explicitaram as consequências de tais perspectivas do desenvolvimento e progresso postos em marcha pela ditadura civil-militar:

Figura 5 - Cartaz *Comité Amazonie*.



Fonte: BDCI, Fundo Charles Antoine (Père) DIAL, s. d.

Figura 6 - Cartaz *Comité Amazonie*.



Fonte: BDCI, Fundo Charles Antoine (Père) DIAL, s. d.

As referências ao governo de Ernesto Geisel que aparecem nesses materiais dão conta do recrudescimento de uma política assassina de roubo

⁵¹ Tradução nossa. No original: "Le pseudo-plan de développement de la dictature brésilienne ne profitera qu'aux firmes brésiliennes, yankees et internationales. Mais le peuple n'aura rien et ne verra jamais la couleur des belles promesses de Geisel".

de terras indígenas e destruição ambiental, com massacres que se acumularam nos desdobramentos do processo de montagem da ditadura de 64. O que se observa do andamento das estratégias de ocupação daqueles territórios pelas forças civil-militares de então, em dinâmica produtiva de instalação de atividades mineradoras extrativistas, é precisamente uma história de acumulação de recursos materiais e institucionais que se somam em um grande acordo da classe dominante, internacional, do país e precisamente da região. Trata-se do alastramento para a Amazônia do modo de produção capitalista, em velocidade e força concentracionária até então desconhecida nas comunidades do norte do Brasil. Ainda segundo o documento do *Comité Amazonie* acima referido:

Milhares de colonos assentados ao longo da rodovia transamazônica já estão morrendo de doenças e miséria. A ditadura suprema pode decidir a vida ou a morte dos índios: para ela, os povos indígenas, que ali vivem há milênios, não conhecendo a propriedade privada nem as hierarquias sociais ou militares, devem ou inserir-se ou desaparecer. O Brasil e outros países latino-americanos carecem de miseráveis, pois vão “fabricá-los até na floresta virgem” (BDIC, Fundo Charles Antoine (Père) DIAL, Les Indiens aussi victimes de la dictature et du système capitaliste, Comité Amazonie, Paris).⁵²

O conjunto de materiais divulgados naquela década de 1970 pela *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine* (DIAL) trata de expor para um público internacional as formas de atuação da ditadura brasileira no campo da apropriação de riquezas sociais e naturais na região amazônica. O que se viu aí, se algo de comum houve com formas coloniais de esbulho dos meios sociais públicos de reprodução da vida, implicou, no entanto, também terríveis novidades quanto a outros momentos históricos de violência e dominação no país. Nunca antes se ousou matar, torturar ou impor a lógica social do medo e da intimidação como se fez nesse período recente da história do Estado nacional. A ditadura de 1964 foi a mais organizada experiência institucional da classe dominante no século XX no Brasil. Na região norte, conforme exposto pelo cartaz do *Comité Amazonie*,

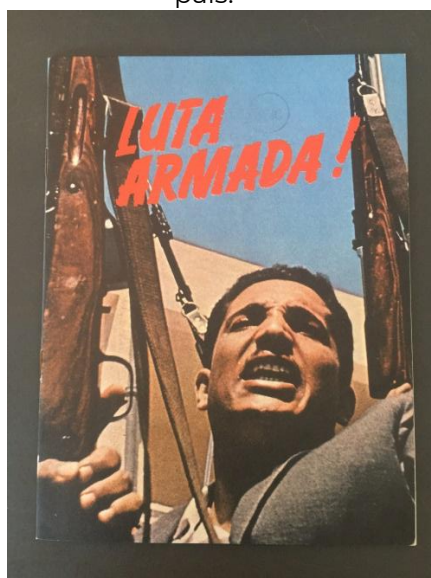
⁵² Tradução nossa. No original: “*Déjà des milliers de colons installés le long de la transamazonienne meurent de maladies et de misères. La suprême dictature peut décider de la vie et de la mort des indiens: pour elle, les peuples indiens, vivant là depuis des millénaires, ne connaissant ni la propriété privée, ni les hiérarchies sociales ou militaires, doivent ou s’insérer ou disparaître. Le Brésil et les autres pays d’Amérique Latine manquent de misérables puisqu’ils vont en ‘fabriquer jusque dans la forêt vierge’.*”

“aventureiros, banqueiros, exército, multinacionais, aprisionam, acorrentam e exterminam os povos indígenas”.⁵³ A difusão de informações pela associação DIAL e pelo *Front*, na França e em outros países, buscou então, além de denunciar tais atrocidades, enfrentar um difícil processo ideológico de ocultação daqueles interesses classistas, os quais se davam também por estratégias civil-militares de propaganda e sedução.

Imagens da ditadura

A documentação do DIAL reuniu material de comunicação da ditadura civil-militar divulgado pelo governo no formato de pequena brochura que evidencia, com extrema qualidade gráfica na composição em cores das fotografias, a atenção dada pelo governo à época para as resistências armadas que se organizavam país afora. Intitulado “Luta Armada!”, a perspectiva ideológica da brochura foi a do apelo emocional, pelo contraste de imagens, com a associação do governo à ideia de ordem e valores positivos, e da luta armada a perspectivas de dor e incerteza.

Figura 6 - Capa da Brochura.
Propaganda da ditadura civil-militar de
1964 contra a resistência armada no
país.



Fonte: BDCI, Fundo Charles
Antoine (Père) DIAL, 1968.

⁵³ Tradução nossa. No original: “*les aventuriers, les banquiers, l’armee, les multinationales, parquent, enchaînent et exterminent les peuples indiens*”.

Substituído o ponto de exclamação pelo de interrogação, a “luta armada?” será afirmada pelo conteúdo interno da brochura como uma certeza no campo da desordem, da desesperança, da morte. As fotografias que desde a capa a representam registram cenas de outras realidades sociais, com a indicação dos países Nigéria e Vietnã, os quais sofreram ditaduras coloniais e a elas resistiram por sua independência. A ditadura brasileira, nessa propaganda de 1968, momento de acirramento da repressão a partir da instituição do AI-5, procurava se apresentar como o caminho para o futuro, de relações duradouras e seguras. As terríveis consequências da guerra instaurada pelos governos civil-militares no Brasil através da tortura sistemática e perseguição policial contra a classe trabalhadora são aqui atribuídas ao campo da “luta”. Traduzia-se em imagens a ideia de um país pacífico, de riquezas e paixões integradoras, sem contradições internas.

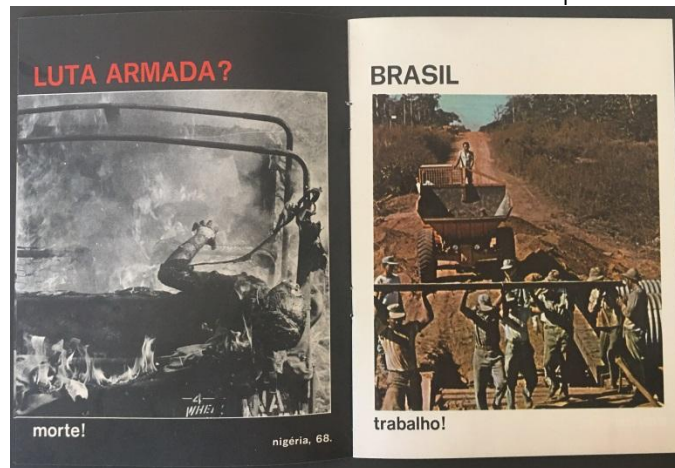
Figura 7 - Propaganda da ditadura civil-militar de 1964 contra a resistência armada no país.



Fonte: BDCI, Fundo Charles Antoine (Père) DIAL, 1968 [Brochura].

A proteção familiar, branca e misógina, tem a marca da segurança do homem de negócios, um punho em manga de camisa e terno, que direciona a felicidade materna e da criação. O seguinte díptico de imagens contrasta a morte ao empenho “coletivo” e “nacional” de abrir estradas. O planejamento, das famílias e no campo dos contratos institucionais, encontra a mão trabalhadora, engrenagem do desenvolvimento.

Figura 8 - Propaganda da ditadura civil-militar de 1964 contra a resistência armada no país.



Fonte: BDCI, Fundo Charles Antoine (Père) DIAL, 1968 [Brochura].

Ainda três outros conjuntos de imagens, não incluídos neste artigo, mas orientados pela mesma lógica de oposição entre valores e resultados, apresentam um projeto habitacional e crianças divertindo-se, a explosão de alegria de uma torcida do flamengo, e uma porta-estandarte da Escola de Samba Império Serrano. Com a expressão “luta armada” grafada sempre em vermelho sobre imagens de horror, amputações e miséria extrema, sempre no Vietnã e na Nigéria, e legendadas com palavras como “destruição!”, “desespero” e “desalento”, a propaganda punha em andamento entendimentos de redução da capacidade de inteligência do leitor. Pressupunha uma leitura sem críticas, e que se deixasse tocar pelo entusiasmo de sentenças como “vida nova!”, “euforia!”, “alegria, alegria!”. Sem que se saiba ao certo os percursos de distribuição do material, é de se supor a expectativa de repercussão desse olhar ideológico por todo o território brasileiro. Não descartada a hipótese de que tenha sido distribuído e “ensinado” em escolas.

Figura 9 - Propaganda da ditadura civil-militar de 1964 contra a resistência armada no país.



Fonte: BDCI, Fundo Charles Antoine (Père) DIAL, 1968 [Brochura].

“Vietnã” e “Nigéria”, em seus respectivos processos de independência entre as décadas de 1940 e 1960, desdobram nas imagens aqui expostas as consequências das políticas colonialistas europeias⁵⁴ e de interferência estadunidense na soberania territorial de muitos países (também na América Latina). O discurso que se veiculava pelos dípticos fotográficos desse material de propaganda da ditadura civil-militar brasileira indicava então ameaças da classe dominante (nacional e internacional)⁵⁵ contra quaisquer tentativas populares de resistência àquele processo de usurpação de direitos civis. 1968, o ano que aparece relacionado às imagens de sofrimento nessa brochura, seria um dos momentos de verticalização das formas sistemáticas de perseguição e violência policial contra a classe trabalhadora que se inicia no país com o golpe de 1964.

⁵⁴ Sobre a política colonialista europeia na Nigéria pós-independência, conferir Oliveira (2015).

⁵⁵ Já em 1970 o *Front Brésilien d'Information* divulga na França a cooperação civil-militar e diretamente interessada dos Estados Unidos da América na repressão brasileira, com desenvolvidas tecnologias e maquinarias de tortura que traziam a inscrição “US Army” (BDIC, *Front Brésilien d'Information, Bulletin* n. 06, 20 Février, 1970, depoimento de Laudelina Maria Carneiro). O tema reaparece nos relatórios do projeto Brasil: Nunca Mais (1985), iniciativa de Dom Paulo Evaristo Arns e do Reverendo Jaime Wright através do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo. Ainda na França, o cineasta Costa-Gavras (1972) põe em discussão no filme *Estado de Sítio* o tema das escolas de tortura na América Latina patrocinadas pelas forças-armadas da região em cursos de formação ministrados por agentes estadunidenses da CIA, com foco naquele longa-metragem para a atuação do policial Dan Mitrione.

À guisa de conclusão: Amazônia no tempo presente

A documentação divulgada na França pelo *Front Brésilien d'Information* (FBI) e pela *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine* (DIAL) contribui ainda para pensarmos os desdobramentos e continuidades da ditadura civil-militar brasileira no pós-1985. As balizas temporais alargadas em torno do processo de usurpação de terras na Amazônia, institucionalmente alicerçado em legislação instituída no país após o golpe de 1964, evidencia as profundas raízes fincadas na região pela sociedade de classes do período, as quais sobreviveram mesmo à promulgação da Constituição de 1988. Com a manchete “Exército tem duas Bêlgicas na Amazônia”, lemos em recorte do jornal Folha de São Paulo do dia 24 de setembro de 1989 levantado pelo DIAL que

Dois decretos do presidente da República, assinados com um intervalo de um ano, transformaram o Exército no maior proprietário de terras do país. Com as duas assinaturas, o presidente José Sarney concedeu terras da União na Amazônia em um montante total de 6,2 milhões de hectares, o que corresponde à área ocupada por toda a Paraíba mais o Distrito Federal. (...) São 35 glebas espalhadas por Amazonas, Pará, Maranhão, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso (DIAL, Folha de São Paulo, 24 de set. de 1989).

José Sarney, presidente indiretamente eleito por colégio eleitoral interno do Congresso Nacional após o suposto fim da ditadura no país, momento de “redemocratização”,⁵⁶ assinava, em meio ao processo de discussões e deliberações da Assembleia Nacional Constituinte de 1987,⁵⁷ a transferência às Forças Armadas de “5,1 milhões de hectares, quase a área do Rio Grande do Norte” (DIAL, Folha de São Paulo, 24 de set. de 1989). O segundo decreto seria firmado em 30 de março de 1989, já sob a égide da nova constituição.⁵⁸ Ainda a partir dos recortes de imprensa do DIAL, ficamos sabendo que:

⁵⁶ Para uma discussão aprofundada sobre perspectivas ideológicas em torno da ideia de redemocratização, inclusive na pesquisa e ensino de História, conferir em Silva (1995).

⁵⁷ O primeiro dos mencionados dois decretos é de 22 de março de 1988 (Decreto nº 95.859), meses antes da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro daquele ano.

⁵⁸ Compõem ainda o Fundo Charles Antoine (Père) DIAL da *BDIC La Contemporaine* recortes da imprensa brasileira que noticiaram nesse mesmo ano de 1989 atentado contra assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Regional Norte (Amazonas e Roraima). O

Todas as áreas se localizam em regiões por uma razão ou outra tidas como “problemáticas”. O Exército parece querer estar presente nessas regiões. (...) Treze glebas estão localizadas junto ou sobre áreas reservadas para comunidades indígenas. (...) Em Rondônia, há áreas que se colocam exatamente ao lado dos territórios dos povos Pakaa-Nova e Uru-Eu-Wau-Wau. As áreas no Cachimbo invadem a reserva dos índios Menkranhoti (DIAL, Folha de São Paulo, 24 de set. de 1989).

A manutenção de estratégias concentracionárias pelo Estado em prol das Forças Armadas evidencia as articulações do poder público no campo da acumulação e privatização de recursos sociais. O cercamento de imensas glebas territoriais pelo Exército brasileiro, englobando áreas indígenas, representava não só a continuidade das práticas tutelares⁵⁹ impostas pela ditadura àqueles povos, bem como o impedimento da possibilidade de reprodução da vida pelos próprios meios de toda uma população do norte do país submetida à pobreza. Sob o argumento da defesa nacional ou da reserva de área estratégica de treinamento militar, o que se ocultava era o processo de migração de homens e mulheres, sobretudo indígenas. Eram então expulsos para os centros urbanos e favelas de todo o país, quando não torturados e mortos, processo que se desenrola ainda no tempo presente com a presença do capital minerador na região.⁶⁰ Trata-se da sistemática

crime contra Antônio Éder John de Souza ocorreu em Manaus, em 29 de março daquele ano (DIAL, Folha de São Paulo, 30 de mar. de 1989).

⁵⁹ Trabalhos recentes sobre o tema da violação dos direitos indígenas e suas resistências, durante a ditadura civil-militar na Amazônia e em outras regiões, contribuem para a reflexão e historicidade de importantes disputas no país no tempo presente (Ascenso, 2021; Brandão, 2023; Valente, 2017). Destacam-se nesse campo as lutas organizadas pelos povos indígenas contra a tese do “Marco Temporal” (Lei 14.701/2023), atualmente em apreciação no Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta visa impedir demandas judiciais de demarcação de terra apresentadas após 05 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição Federal), quando conquistam os povos indígenas a inscrição na Carta Maior do reconhecimento à “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (CF, 2016, art. 231). O que se busca então reeditar e estender para os dias atuais, na forma do autoritarismo e da lei, são as violências tutelares que ao longo da ditadura de 1964, e mesmo antes, impediram povos originários de reivindicarem no Brasil os seus direitos.

⁶⁰ O governo Bolsonaro, eleito em decorrência de um golpe de estado contra a presidenta Dilma Rousseff, e de um processo eleitoral ilegítimo (impedimento do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva de concorrer ao pleito de 2018) foi marcado pela violência contra a população indígena. A atuação nefasta de mineradoras em seus territórios entre 2019 e 2022, com total “omissão do poder público”, teve a consequência de milhares de mortos, em um quadro de calamidades que resta a ser ainda esclarecido, sobretudo pela subnotificação sistemática no período, em estratégias criminosas de apagamento que foram também largamente adotadas pela ditadura civil-militar de 1964. Conferir Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2022” do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2023). Desde 2023, a atual gestão federal do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem implementado ações de combate ao garimpo ilegal em terras indígenas, dentre as quais os emergenciais programas de proteção ao povo Yanomami (Carta Capital, 2024).

atuação da sociedade de classes no Brasil em torno da destruição de toda uma cultura e de seus valores, para fins de acumulação e riqueza.

O *Front Brésilien d'Information* (FBI) e a associação *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine* (DIAL) foram importantes canais de divulgação, educação e formação de perspectivas críticas na França e outros países e continentes em momento de forte repressão no Brasil, com o impedimento à participação direta de exilados brasileiros no processo político nacional (Rollemberg, 1999). No entanto, a partir de resistências na produção e formação de grupo politicamente plural no exterior, puderam essas organizações ampliar as bases de construção da democracia no país naquele momento. E ainda hoje, dão evidência do difícil processo social e histórico da invenção democrática (Lefort, 1983), a qual, em todo lugar e período, sempre exigiu luta e trabalho.

Referências

Fontes

BIBLIOTHÈQUE DE DOCUMENTATION INTERNATIONALE CONTEMPORAINE (BDIC, Université Paris Nanterre) – Fundo *Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine* (DIAL) e Fundo *Front Brésilien d'Information* (FBI).
BIBLIOTHÈQUE HUMATHÈQUE (Campus Condorcet, Paris).

Bibliografia

AQUINO, M. A. de; MATOS, M. A. V. L. de; SWENSSON Jr, W. C. (org.). **No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro.** Série Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2001. v. 1.

ASCENSO, J. G. da S. **Como uma revoada de pássaros: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira.** Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BENEVIDES, M. V. de M. **Fé na luta: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização.** São Paulo: Lettera.doc. 2009.

BRANDÃO, S. O olhar da Comissão Nacional da Verdade sobre as violações contra os povos indígenas e seus desdobramentos. **Ruris**, Campinas, v. 15, n. 02, p. 84-115, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Estradas na Amazônia. **Relatório sobre as rodovias transamazônica e Cuiabá-Santarém**. Brasília, 1970.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**, volume II, Eixos Temáticos, dezembro de 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 03 de jul. 2024.

BRASIL: NUNCA MAIS. Conselho Mundial de Igrejas / Arquidiocese de São Paulo. **BNM Digit@l: 1985/2013**. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 15 de jul. 2024.

BROUCKER, J. de. **Communiqué DIAL**. Supplément au n. 1082, 23 janvier, 1986. Disponível em: <https://www.alterinfos.org/archives/DIAL-1082bis.pdf>. Acesso em: 06 de dez. 2024.

CARNEIRO, M. L. T. (org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002.

CARTA CAPITAL. **Governo Lula anuncia novas medidas após o registro de 363 mortes de yanomamis em 2023**. São Paulo, 22 de fev. de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-lula-anuncia-novas-medidas-apos-o-registro-de-363-mortes-de-yanomamis-em-2023>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

CERTEAU, M. de. Les chrétiens et la dictature militaire au Brésil (1969). *In*: CERTEAU, M. de. **La faiblesse de croire**. Paris: Éditions du Seuil, 1987. p. 137-162.

CERTEAU, M. de. La longue marche indienne. *In*: DIAL. **Le réveil indien en Amérique latine**. Textes présentés par Yves Materne. Postface par Michel de Certeau. Paris: Les Éditions du Cerf, 1976, p. 121-135.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2022”**, CNBB, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 22 de abr. de 2023.

CHIRIO, M. Formes et dynamiques des mobilisations politiques des exilés brésiliens en France (1968-1979), **Cahiers des Amériques latines**, [en ligne], 48-49, p. 75-89, 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cal/7888>. Acesso em: 12 de out. 2024.

COSTA-GAVRAS, C. **Estado de Sítio** (Longa-metragem, 35 mm, 120 min). França/Itália/Alemanha: Reggane Films, Euro International Film, Unidis, Dieter Geissler Filmproduktion, 1972.

CRUZ, F. L. da. **Frente Brasileño de Informaciones e Campanha**: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2010.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, 2007, p. 253-270.

Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>. Acesso em:
10 de jun. de 2024.

DELLA CAVA, R. (org.). **A Igreja em flagrante: catolicismo e sociedade na imprensa brasileira (1964-1980)**. Rio de Janeiro: ISER/Marco Zero, 1985.

DIAL. **Le réveil indien en Amérique latine**. Textes présentés par Yves Materne. Postface par Michel de Certeau. Paris: Les Éditions du Cerf, 1976.

DIAL. **Paysans du Brésil. Les temps des requins**. Textes présentés par Yves Materne. Paris: Éditions Terres de Feu/Les Éditions du Cerf, 1980.

DRUMMOND, J. A. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VI (suplemento), p. 753-792, setembro 2000.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Índios no Brasil**. Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, São Paulo, 1992.

KUSHNIR, B. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

LEFORT, C. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LÖWY, M. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.

LUNA, G. T. de. O crime político e a criação da DOPS: legislação repressiva e atuação da Polícia Política Brasileira nas primeiras décadas do século XX (1900 – 1938). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História** – Fortaleza, 2009. Acesso em: 15 de jan. 2025. Disponível em:
https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_e51e320a7b7d27eed81a503ded3311ee.pdf.

MAGALHÃES, R. C. da S.; MAIO, M. C. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.169-189, dez. 2007.

MECHI, P. S. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MIRANDA, V. **Mulheres indígenas na cidade: cultura, saúde e trabalho (Manaus, 1995-2014)**. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias) - Universidade Federal do Amazonas. Fundação Oswaldo Cruz, Manaus, 2015.

MUZART, I. F. dos S.; ROLLAND, D.; AARÃO REIS FILHO, D.; RIDENTI, M. (Orgs.). **L'exil brésilien en France**. Histoire e imaginaire. Paris: L'Harmattan, 2008.

OLIVEIRA, G. Z. de. O papel da Guerra de Biafra na construção do Estado nigeriano: da independência à segunda República (1960-1979). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 3(6), p. 228-253, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/3002>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

ROLLEMBERG, D. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Conhecimento Escolar e Luta de Classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SILVA, M. **Ditadura relativa e negacionismo**: Brasil, 1964 (2016, 2018..). São Paulo: Maria Antonia, 2021.

SILVA, M. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, V. A. T. da. **Notícias do Rio**: a Intervenção no Jornal O Estado de S. Paulo e a Autolegitimação do Estado Novo (1939-945). São Paulo: Nankin Editorial/Edusp, 2015.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UCHÔA, D. C. P. **O papel da ICOMI no golpe civil-militar de 1964**: agentes e interesses. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19414/3/Papel%20IcomiGolpe.pdf>. Acesso em: 22 de out. 2024.

VALENTE, R. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígenas na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.